



MUNICÍPIO DE SANTA MARTA DE PENAGUIÃO
CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA
05 DE MAIO DE 2020

N.º 10/2020

PRESIDÊNCIA: Dr. Luís Reguengo Machado, Presidente da Câmara. -----

VEREADORES PRESENTES: Dr.ª Sílvia da Fonseca Silva, José Manuel Moreira Lopes, Prof.
Urbano Salgueiro Vidal e Arq.º Daniel Joaquim Andrade Teles. ----

AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS: Não Houve. -----

SECRETARIOU: António Augusto Amaral Sequeira, Chefe de Divisão. -----

HORA DE ABERTURA: 10:30 horas. -----

OUTRAS PRESENÇAS: Não Houve. -----

LOCAL DA REUNIÃO: Salão Nobre dos Paços do Município. -----

ATA DA REUNIÃO ANTERIOR: Aprovada no final da respetiva reunião. -----



SUMÁRIO	Pág.
I – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA	
1 – Requerimentos e Proposta apresentados pelo Senhor Vereador do PPD/PSD, Arq.º Daniel Joaquim Andrade Teles	4
II – ORDEM DO DIA	
ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	
1 – Acordo de Cessão de Posição Contratual: Águas do Norte, S.A.; Águas do Interior – Norte, E.I.M., S.A.; Município de Santa Marta de Penaguião – Ratificação de Despacho....	7
DIVISÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E DE RECURSOS HUMANOS	
2 – Delegação de Competências – Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Luís Reguengo Machado.....	14
3 – Aquisição de equipamento de proteção individual e outros – COVID-19 – Ratificação de Despacho.....	15
Tesouraria	
4 – Demonstração de Desempenho Orçamental de 17 a 29 de abril de 2020.....	18
DIVISÃO DE COORDENAÇÃO TÉCNICA DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANA	
5 – Delegação de Competências – Informação do Senhor Vereador em Regime a Tempo Inteiro, José Manuel Moreira Lopes	18
6 – Imposto Municipal Sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) – Exercício do Direito de Preferência.....	19
7 – Concurso Público – “Requalificação das Piscinas Municipais de Santa Marta de Penaguião”.....	20



**UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU DE EDUCAÇÃO, CULTURA,
DESPORTO, AÇÃO SOCIAL E TURISMO**

Serviço da Educação

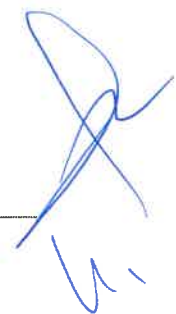
- 8 – Transferência de Competências – Agrupamento de Escolas de Santa Marta de Penaguião – Faturação..... 26

Serviço da Ação Social

- 9 – Bolsas de Estudo do Ano Letivo 2019/2020 – Homologação da Lista de Ordenação Final dos Candidatos..... 27

APROVAÇÃO E ENCERRAMENTO

- 10 – Aprovação da Ata e Encerramento da Reunião 31



I – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Requerimentos e Proposta apresentados pelo

Senhor Vereador do PPD/PSD, Arq.º Daniel

Joaquim Andrade Teles

----- 1 – O Senhor Vereador do PPD/PSD, Arq.º Daniel Joaquim Andrade Teles, apresentou os seguintes documentos: -----

----- 1.1 – “ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- PONTO UM -----

----- Daniel Joaquim Andrade Teles, vereador da Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião, eleito pelo Partido Social Democrata (PPD/PSD), nos termos do Estatuto do Direito de Oposição e ao Regimento da Câmara Municipal, em vigor, venho requerer o seguinte: -----

----- Assunto: “Consulta de processos”. -----

----- Venho requerer para consulta, no dia 13 de maio de 2020, no gabinete que me está destinado, no Edifício do Fórum de Atividades, pelas 14h30m, os seguintes processos completos e atualizados: -----

----- a) Projeto de intervenção do Bairro dos retornados, na freguesia de Medrões; -----

----- b) Projeto da Escola de Artes – antigo edifício dos paços do concelho; -----

----- Paços do Concelho e Santa Marta de Penaguião, 05 de maio de 2020 -----

----- O vereador, Daniel Joaquim Andrade Teles. -----

----- Ass: Daniel Teles” -----

----- 1.2 – “ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- PONTO DOIS -----

----- Daniel Joaquim Andrade Teles, vereador da Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião, eleito pelo Partido Social Democrata (PPD/PSD), nos termos do Estatuto do Direito de Oposição e ao Regimento da Câmara Municipal, em vigor, venho requerer o seguinte: -----

----- Assunto: “Pedido de esclarecimentos – reitero o requerimento de 17 de março de 2020”. -----

----- Primeiro: -----

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 10 de 05 de maio de 2020



----- Venho solicitar ao Senhor Presidente da Câmara a tabela onde estão inscritas as tarifas e taxas de todos os serviços, para 2020, praticadas pela empresa intermunicipal Águas do Interior Norte. -----

----- Segundo: -----

----- Venho ainda questionar o Senhor Presidente da Câmara sobre a transmissão de dados pessoais dos nossos munícipes, para a empresa intermunicipal Águas do Interior Norte, bem como a transferência do débito direto em conta, sem que tenha existido para o efeito uma autorização formal, seja escrita ou por gravação por voz. -----

----- Terceiro: -----

----- Apesar de só em março de 2020, os munícipes receberam a primeira fatura para o pagamento da água, referente a janeiro de 2020, não conseguindo entender a razão pela qual a mesma vem fracionada, pelo que solicito explicações sobre a situação em mérito. -----

----- Paços do Concelho e Santa Marta de Penaguião, 05 de maio de 2020 -----

----- O vereador, Daniel Joaquim Andrade Teles. -----

----- Ass: Daniel Teles" -----

----- 1.3 – “ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- PONTO TRÊS -----

----- Daniel Joaquim Andrade Teles, vereador da Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião, eleito pelo Partido Social Democrata (PPD/PSD), nos termos do Estatuto do Direito de Oposição e ao Regimento da Câmara Municipal, em vigor, venho requerer o seguinte: -----

----- Assunto: "Obras públicas – Parque de Caravanismo". -----

----- Relativamente à obra pública mencionada em epígrafe, decorre do ordenamento jurídico português a obrigatoriedade de identificação do empreiteiro e do dono da obra, assim e; -----
De acordo com o n.º 4 do artigo 17.º da Lei n.º 41/2015, na redação confira pela lei n.º 25/2018, de 14/06: -----

----- *“As empresas devem afixar, de forma visível, no local de acesso ao estaleiro de cada obra, que sejam responsáveis, uma placa identificativa com a denominação social, número de Alvará ou de certificado de que sejam detentoras.” -----*

----- De acordo com o n.º 7 do artigo 7.º do Decreto-lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, as obras públicas devem ser devidamente identificadas, a aposto no local “Aviso de realização de operações urbanísticas promovidas pela administração pública, indicado a -----

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 10 de 05 de maio de 2020



denominação do dono da obra, âmbito e objetivos da obra, quem financiou a obra, o seu custo e prazo.” -----

----- Pelo que solicito ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que proceda em conformidade, de modo que seja reposta a legalidade da mesma. -----

----- Paços do Concelho e Santa Marta de Penaguião, 05 de maio de 2020 -----

----- O vereador, Daniel Joaquim Andrade Teles. -----

----- Ass: Daniel Teles” -----

----- 1.4 – “ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- PROPOSTA -----

----- Daniel Joaquim Andrade Teles, vereador da Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião, eleito pelo Partido Social Democrata (PPD/PSD), recordo que hoje dia 5 de maio de 2020, comemora-se o dia Mundial da Língua Portuguesa. -----

----- Como portugueses, não podemos jamais, deixar de valorizar importância da Lusofonia, da nossa Portugalidade e dos valores culturais da nossa nobre e imortal Nação, com existência há quase nove séculos, para os portugueses e toda a diáspora lusitana, como tantas vezes entoam os sons do Hino Nacional de Portugal. -----

----- Neste dia convido o Senhor Presidente da Câmara e os Senhores vereadores desta mui nobre Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião, para que seja lançado o desafio aos Senhores Professores de Português do Agrupamento Escolar do concelho, para que sejam realizados alguns trabalhos de pesquisa e leitura de dois Autores da nossa região, nomeadamente Miguel Torga e João de Araújo Correia. Dos trabalhos a realizar, aqueles que sejam considerados mais singulares, pelos Senhores professores, deverão ser publicados na página oficial do Agrupamento de Escolas e na página oficial do Município de Santa Marta de Penaguião. -----

----- Paços do Concelho e Santa Marta de Penaguião, 05 de maio de 2020 -----

----- O vereador, Daniel Joaquim Andrade Teles. -----

----- Ass: Daniel Teles” -----



II – ORDEM DO DIA

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Acordo de Cessão de Posição Contratual: Águas do Norte, S.A.; Águas do Interior – Norte, E.I.M., S.A.; Município de Santa Marta de Penaguião – Ratificação de Despacho

----- 1 – Presente à reunião, para ratificação, o despacho do Senhor Presidente da Câmara, Dr. Luís Reguengo Machado, datado de 22 de abril de 2020, proferido ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com o seguinte teor: -----

----- “Considerando que: -----

----- 1) Através do Decreto-Lei n.º 270-A/2001, de 06 de outubro, foi criado o sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Trás-os-Montes e Alto Douro para captação, tratamento e distribuição de água para consumo público e para recolha, tratamento e rejeição de efluentes dos municípios de Alfândega da Fé, Alijó, Armamar, Boticas, Bragança, Chaves, Freixo de Espada à Cinta, Lamego, Macedo de Cavaleiros, Mesão Frio, Mirandela, Mogadouro, Moimenta da Beira, Montalegre, Murça, Peso da Régua, Resende, Ribeira de Pena, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, São João da Pesqueira, Sernancelhe, Tabuaço, Tarouca, Torre de Moncorvo, Valpaços, Vila Flor, Vila Nova de Foz Côa, Vila Pouca de Aguiar, Vila Real e Vinhais, os quais integravam esse sistema na qualidade de utilizadores; -----

----- 2) Pelo mesmo diploma legal foi constituída a sociedade “Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A.” (doravante, ATMAD), a quem foi atribuído o exclusivo da exploração e gestão do sistema multimunicipal referido no considerando anterior, em regime de concessão; -----

----- 3) Em 26 de outubro de 2001, no cumprimento do disposto no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 270-A/2001, de 06 de outubro, foi celebrado o respetivo Contrato de Concessão com o Estado Português e a ATMAD e, em consequência, foram celebrados os Contratos de Fornecimento e de Recolha entre a ATMAD e os municípios utilizadores mencionados no considerando n.º 1; -----

----- 4) No âmbito da concessão, em 26 de outubro de 2001, o Município de Santa Marta de Penaguião celebrou com a então ATMAD um contrato de fornecimento de água e um contrato de recolha de águas residuais, pelo período da concessão; -----



----- 5) Transversalmente, pelo Decreto-Lei n.º 93/2015, 29 de maio, foi criado o Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Norte de Portugal, mediante a agregação do sistema multimunicipal de captação, tratamento e abastecimento de água do sul do Grande Porto, criado pela alínea e) do n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 379/93, de 5 de novembro, do Sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Trás-os-Montes e Alto Douro, criado pelo Decreto-Lei n.º 270-A/2001, de 6 de outubro, do Sistema multimunicipal de saneamento do Grande Porto, criado pelo Decreto-Lei n.º 260/2000, de 17 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 312/2009, de 27 de outubro e do Sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Noroeste, criado pelo Decreto-Lei n.º 41/2010, de 29 de abril; -----

----- 6) Concomitantemente, pelo Decreto-Lei n.º 93/2015, 29 de maio, foi constituída a sociedade Águas do Norte, S.A., a quem foi atribuída a concessão da exploração e da gestão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Norte de Portugal, em regime de exclusivo; -----

----- 7) Nos termos do artigo 4.º, n.º 3 do Decreto-Lei n.º 93/2015, 29 de maio, a Águas do Norte sucedeu em todos os direitos e obrigações das sociedades concessionárias dos sistemas multimunicipais agregados, que foram extintas; -----

----- 8) Em 30 de junho de 2015, no cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 93/2015, 29 de maio, foi celebrado entre o Estado Português e a Águas do Norte, o Contrato de Concessão relativo ao Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Norte de Portugal; -----

----- 9) Por efeito do disposto no artigo 2.º, n.º 3 do Decreto-Lei n.º 93/2015, 29 de maio, o Município de Santa Marta de Penaguião, na qualidade de utilizador originário, integra o Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Norte; -----

----- 10) Nos termos do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 93/2015, 29 de maio, os contratos de fornecimento e de recolha celebrados entre os utilizadores e as sociedades concessionárias extintas mantêm-se em vigor, até serem substituídos por novos contratos; -----

----- 11) Ainda não foram celebrados novos contratos de fornecimento e recolha entre a Águas do Norte e o Município; -----

----- 12) Foi constituída a sociedade Águas do Interior - Norte, E.I.M., S.A. que tem como objeto social a exploração e gestão de sistemas de abastecimento e distribuição de água para consumo



público e saneamento dos municípios de Vila Real, Santa Marta de Penaguião, Mesão Frio, Peso da Régua, Sabrosa, Murça, Torre de Moncorvo e Freixo de Espada à Cinta; -----

----- 13) Em 26 de dezembro de 2019, foi celebrado entre o Município e a Águas do Interior Norte o Contrato de Gestão Delegada, nos termos dos artigos 17.º, n.º 3 e 20.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, na sua atual redação, mediante o qual o Município atribuiu à Águas do Interior Norte a gestão do respetivo sistema municipal de abastecimento de água e saneamento de águas residuais; -----

----- 14) A assinatura do Acordo não prejudica ou inviabiliza nenhuma das posições anteriormente assumidas pelo Município e pela Águas do Norte relativamente ao teor do Contrato de Concessão, nomeadamente, no que diz respeito à cobrança dos denominados "Consumos/Caudais Mínimos Garantidos". -----

----- 15) Que o mencionado no artigo 3.º da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, que procede à ratificação dos efeitos do Decreto-Lei n.º 10-/2020, de 13 de março, assim como à aprovação de medidas excecionais e temporárias de resposta à situação epidemiológica provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2, agente causador da doença COVID-19, que possibilita a realização das reuniões ordinárias dos órgãos deliberativos e executivos das autarquias locais até 30 de Junho;

----- 16) Que o n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua atual redação, permite que o Presidente da Câmara pratique quaisquer atos da competência da câmara municipal, quando por motivos de urgência, não seja possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade: -----

----- a) Aprovo o "Acordo de Cessão de Posição Contratual entre a Águas do Norte, S.A., a Águas do Interior-Norte, E.I.M., S.A. e o Município de Santa Marta de Penaguião" anexo ao presente despacho e do qual faz parte integrante. -----

----- b) Este despacho deve ser presente à próxima reunião do Executivo Municipal, para efeitos de ratificação, nos termos do n.º 3 artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro." -

----- "ACORDO DE CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL -----

----- Entre, -----

----- PRIMEIRO OUTORGANTE -----

----- MUNICÍPIO DE SANTA MARTA DE PENAGUIÃO, pessoa coletiva número 506 829 138, com sede na Rua dos Combatentes, 5030-477 Santa Marta de Penaguião, aqui representado por Luís

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 10 de 05 de maio de 2020



Reguengo Machado, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal, com poderes para o ato, doravante designado por MUNICÍPIO, -----

----- e -----

----- SEGUNDA OUTORGANTE -----

----- ÁGUAS DO INTERIOR - NORTE, E.I.M., S.A., com sede na Avenida Rainha Santa Isabel, n.º 1, 5000-434 Vila Real, pessoa coletiva número 515 684 473, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Angra do Heroísmo, com o capital social de 14.398.050,00 EUR (catorze milhões, trezentos e noventa e oito mil e cinquenta euros), aqui representada por Carlos Manuel Gomes Matos da Silva, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração, doravante designada por ÁGUAS DO INTERIOR NORTE, -----

----- e -----

----- TERCEIRA OUTORGANTE -----

----- ÁGUAS DO NORTE, S.A., com sede na Rua Dom Pedro de Castro, n.º 1 A, em Vila Real, pessoa coletiva número 513 606 084, com o capital social de 111.061.732,00 EUR (cento e onze milhões, sessenta e um mil, setecentos e trinta e dois euros), aqui representada por José Luís Carneiro Machado do Vale, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração, e por Filipe Araújo da Silva, na qualidade de Vogal Executivo do Conselho de Administração, doravante designada por ÁGUAS DO NORTE. -----

----- Conjuntamente designados por PARTES. -----

----- Considerando que: -----

----- 1) Através do Decreto-Lei n.º 270-A/2001, de 06 de outubro, foi criado o sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Trás-os-Montes e Alto Douro para captação, tratamento e distribuição de água para consumo público e para recolha, tratamento e rejeição de efluentes dos municípios de Alfândega da Fé, Alijó, Armamar, Boticas, Bragança, Chaves, Freixo de Espada à Cinta, Lamego, Macedo de Cavaleiros, Mesão Frio, Mirandela, Mogadouro, Moimenta da Beira, Montalegre, Murça, Peso da Régua, Resende, Ribeira de Pena, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, São João da Pesqueira, Sernancelhe, Tabuaço, Tarouca, Torre de Moncorvo, Valpaços, Vila Flor, Vila Nova de Foz Côa, Vila Pouca de Aguiar, Vila Real e Vinhais, os quais integravam esse sistema na qualidade de utilizadores; -----



- 2) Pelo mesmo diploma legal foi constituída a sociedade 'Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A.' (doravante, ATMAD), a quem foi atribuído o exclusivo da exploração e gestão do sistema multimunicipal referido no considerando anterior, em regime de concessão; -----
- 3) Em 26 de outubro de 2001, no cumprimento do disposto no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 270-A/2001, de 06 de outubro, foi celebrado o respetivo Contrato de Concessão com o Estado Português e a ATMAD e, em consequência, foram celebrados os Contratos de Fornecimento e de Recolha entre a ATMAD e os municípios utilizadores mencionados no considerando n.º1); -----
- 4) No âmbito da concessão, em 26 de outubro de 2001, o MUNICÍPIO de Santa Marta de Penaguião celebrou com a então ATMAD um contrato de fornecimento de água e um contrato de recolha de águas residuais, pelo período da concessão; -----
- 5) Transversalmente, pelo Decreto-Lei n.º 93/2015, 29 de maio, foi criado o Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Norte de Portugal, mediante a agregação do sistema multimunicipal de captação, tratamento e abastecimento de água do sul do Grande Porto, criado pela alínea e) do n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 379/93, de 5 de novembro, do Sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Trás-os-Montes e Alto Douro, criado pelo Decreto-Lei n.º 270 -A/2001, de 6 de outubro, do Sistema multimunicipal de saneamento do Grande Porto, criado pelo Decreto-Lei n.º 260/2000, de 17 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 312/2009, de 27 de outubro e do Sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Noroeste, criado pelo Decreto-Lei n.º 41/2010, de 29 de abril; -----
- 6) Concomitantemente, pelo Decreto-Lei n.º 93/2015, 29 de maio, foi constituída a sociedade Águas do Norte, S.A., a quem foi atribuída a concessão da exploração e da gestão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Norte de Portugal, em regime de exclusivo; -----
- 7) Nos termos do artigo 4.º, n.º 3 do Decreto-Lei n.º 93/2015, 29 de maio, a ÁGUAS DO NORTE sucedeu em todos os direitos e obrigações das sociedades concessionárias dos sistemas multimunicipais agregados, que foram extintas; -----
- 8) Em 30 de junho de 2015, no cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 93/2015, 29 de maio, foi celebrado entre o Estado Português e a ÁGUAS DO NORTE, o Contrato de Concessão relativo ao Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Norte de Portugal; -----



----- 9) Por efeito do disposto no artigo 2.º, n.º 3 do Decreto-Lei n.º 93/2015, 29 de maio, o MUNICÍPIO de Santa Marta de Penaguião, na qualidade de utilizador originário, integra o Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Norte; -----

----- 10) Nos termos do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 93/2015, 29 de maio, os contratos de fornecimento e de recolha celebrados entre os utilizadores e as sociedades concessionárias extintas mantêm-se em vigor, até serem substituídos por novos contratos; -----

----- 11) Ainda não foram celebrados novos contratos de fornecimento e recolha entre a ÁGUAS DO NORTE e o MUNICÍPIO; -----

----- 12) Foi constituída a sociedade Águas do Interior - Norte, E.I.M., S.A. (ÁGUAS DO INTERIOR NORTE) que tem como objeto social a exploração e gestão de sistemas de abastecimento e distribuição de água para consumo público e saneamento dos municípios de Vila Real, Santa Marta de Penaguião, Mesão Frio, Peso da Régua, Sabrosa, Murça, Torre de Moncorvo e Freixo de Espada à Cinta; -----

----- 13) Em 26 de dezembro de 2019, foi celebrado entre o MUNICÍPIO e a ÁGUAS DO INTERIOR NORTE o Contrato de Gestão Delegada, nos termos dos artigos 17.º, n.º 3 e 20.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, na sua atual redação, mediante o qual o MUNICÍPIO atribuiu à ÁGUAS DO INTERIOR NORTE a gestão do respetivo sistema municipal de abastecimento de água e saneamento de águas residuais; -----

----- 14) A assinatura do presente Acordo não prejudica ou inviabiliza nenhuma das posições anteriormente assumidas pelo MUNICÍPIO e pela ÁGUAS DO NORTE relativamente ao teor do Contrato de Concessão, nomeadamente, no que diz respeito à cobrança dos denominados "Consumos/Caudais Mínimos Garantidos". -----

----- Assim, as PARTES, celebram entre si, de boa-fé e de livre vontade, o presente ACORDO DE CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL, nos termos das cláusulas seguintes: -----

----- Cláusula 1.ª -----

----- 1. O MUNICÍPIO cede à ÁGUAS DO INTERIOR NORTE a sua posição contratual no contrato de fornecimento de água e no contrato de recolha de efluentes, referidos e melhor identificados nos considerandos n.ºs 3) e 4), celebrados com a então Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A. (atual ÁGUAS DO NORTE, conforme considerandos n.ºs 5) a 11)). -----



---- 2. A ÁGUAS DO INTERIOR NORTE, na qualidade de cessionária, declara que conhece e aceita o teor e todas as obrigações decorrentes dos contratos de fornecimento e recolha referidos no número anterior, aceitando igualmente a presente cessão da posição contratual. -----

---- 3. A ÁGUAS DO NORTE aceita a transmissão da posição contratual do MUNICÍPIO utilizador para a ÁGUAS DO INTERIOR NORTE. -----

---- 4. O MUNICÍPIO é solidariamente responsável com a ÁGUAS DO INTERIOR NORTE, perante a ÁGUAS DO NORTE, pelo cumprimento das obrigações assumidas por força dos contratos de fornecimento e recolha referidos nos números anteriores. -----

---- Cláusula 2.^a -----

---- A ÁGUAS DO INTERIOR NORTE declara que conhece e aceita os documentos reguladores aplicáveis, nomeadamente, o Contrato de Concessão celebrado entre o Estado Português e a ÁGUAS DO NORTE, os Regulamentos de Exploração do serviço de abastecimento de água e do serviço de saneamento de águas residuais e a legislação sectorial aplicável. -----

---- Cláusula 3.^a -----

---- Relativamente ao serviço prestado pela ÁGUAS DO NORTE no âmbito do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Norte de Portugal, a presente cessão da posição contratual produz efeitos a partir do dia 1 (um) de janeiro de 2020, inclusive. --

---- Cláusula 4.^a -----

---- Em caso de litígio, diferendos ou questões emergentes da presente cessão da posição contratual, as PARTES elegem com foro competente o Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela. -----

---- O presente ACORDO DE CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL, foi celebrado em Vila Real, no dia 22 de abril de 2020, em 3 (três) vias de igual valor, que farão igualmente fé do acordado entre as PARTES, ficando um exemplar em poder de cada uma, sendo composto por 6 (seis) páginas, escritas numa só lauda, todas numeradas e rubricadas por todos os intervenientes, e contendo a última as suas assinaturas. -----

---- O PRIMEIRO OUTORGANTE -----

---- Município de Santa Marta de Penaguião -----

---- O Presidente da Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião -----

---- A SEGUNDA OUTORGANTE -----

---- Águas do Interior - Norte, E.I.M., S.A. -----



----- O Presidente do Conselho de Administração -----

----- A TERCEIRA OUTORGANTE -----

----- Águas do Norte, S.A. -----

----- O Presidente do Conselho de Administração -----

----- O Vogal Executivo do Conselho de Administração -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, ratificar o despacho do Senhor Presidente da Câmara, nos termos do n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.** -----

DIVISÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E DE RECURSOS HUMANOS

**Delegação de Competências – Informação do Senhor
Presidente da Câmara Municipal, Dr. Luís Reguengo Machado**

----- 2 – Presente à reunião informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Luís Reguengo Machado, com o seguinte teor: -----

----- “Em cumprimento do n.º 1 do artigo 34.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, levo ao conhecimento do Executivo Municipal as declarações por mim proferidas ao abrigo das competências delegadas pela Câmara Municipal, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 33.º do referido diploma, no mês de abril de 2020.” -----

----- Alterações Orçamentais efetuada entre 01 e 24 de abril de 2020. -----

----- **Deliberação: Tomar conhecimento.** -----



**Aquisição de equipamento de proteção individual
e outros – COVID-19 – Ratificação de Despacho**

----- 3 – Presente à reunião, para ratificação, o despacho do Senhor Presidente da Câmara, Dr. Luís Reguengo Machado, datado de 20 de abril de 2020, proferido ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com o seguinte teor: -----

----- "1 – O combate à propagação do novo coronavírus implica a tomada de medidas imediatas e urgentes e para as quais é necessário efetuar despesas também elas inadiáveis, conforme é do conhecimento geral. -----

----- 2 – Como vem sendo hábito, tem sido presente à reunião de Câmara, informação para ratificação da decisão de realização de despesas efetuadas no combate ao COVID-19. -----

----- 3 – Infelizmente a necessidade de contínua aquisição de vários artigos/equipamentos neste âmbito mantém-se. -----

----- 4 – Atendendo à emergência de saúde pública de âmbito internacional, declarada pela Organização Mundial de Saúde, no dia 30 de janeiro de 2020, bem como à classificação do vírus como uma pandemia, no dia 11 de março de 2020, foram decretadas medidas extraordinárias e de carácter urgente, conforme se pode verificar do conteúdo do Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março e posteriores alterações, que estabelece medidas excecionais e temporárias relativas à situação epidemiológica do novo Coronavírus - COVID 19. -----

----- 4.1 - De acordo com o n.º 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março, o disposto no mesmo aplica-se à prevenção, contenção, mitigação e tratamento de infeção epidemiológica por COVID-19, bem como à reposição da normalidade em sequência da mesma, sendo que, nos termos do n.º 3, na redação dada pelo DL n.º 10-E/2020, de 24 de março, essas medidas são aplicáveis, com as necessárias adaptações, às entidades adjudicantes previstas no artigo 2.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, onde se incluem as autarquias locais. -----

----- 4.2 - Por outro lado, conforme disposto no n.º 2 do artigo 2.º, no caso de se tratar de ajuste direto para a formação de um contrato de aquisição ou locação de bens móveis e de aquisição de serviços cujo preço contratual não seja superior a 20.000,00 €, é aplicável o disposto nos n.ºs 1 e 3 do artigo 128.º do Código dos Contratos Públicos (CCP). -----



----- 4.3 - Neste sentido, desde que se esteja perante formação de contratos de aquisição ou locação de bens móveis e de aquisição de serviços, cujo preço contratual não seja superior a 20.000,00 € no âmbito da prevenção, contenção, mitigação e tratamento da infeção epidemiológica por COVID-19, pode utilizar-se o procedimento de ajuste direto simplificado, não se aplicando, também, as limitações constantes dos n.ºs 2 a 5 do artigo 113.º CCP, estando as mesmas igualmente isentas do disposto no artigo 27.º-A do CCP. -----

----- 5 – Considerando ainda o regime excecional para promover a capacidade de resposta das autarquias locais no âmbito da pandemia da doença COVID-19, estabelecido pela Lei n.º 6/2020 de 10 de abril, o qual prevê no seu n.º 4 a possibilidade de apoiar as pessoas em situação de vulnerabilidade. -----

----- 6 - Refira-se, também, que, nos termos dos n.ºs 4 e 5, as adjudicações feitas ao abrigo do presente regime excecional são comunicadas pelas entidades adjudicantes aos membros do Governo responsáveis pela área das finanças e pela respetiva área setorial e publicitadas no portal dos contratos públicos, garantindo o cumprimento dos princípios da publicidade e transparência da contratação e os contratos celebrados ao abrigo do presente regime excecional na sequência de ajuste direto, independentemente da sua redução ou não a escrito, podem produzir todos os seus efeitos logo após a adjudicação, sem prejuízo da respetiva publicitação, nos termos do n.º 1 do artigo 127.º do CCP. -----

----- 7 – Considerando o mencionado no artigo 3.º da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, que procede à ratificação dos efeitos do Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março, assim como à aprovação de medidas excecionais e temporárias de resposta à situação epidemiológica provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2, agente causador da doença COVID-19, que possibilita a realização das reuniões ordinárias dos órgãos deliberativos e executivos das autarquias locais até 30 de junho. -

----- 8 – Tendo em consideração o enquadramento legal referido, face à situação excecional que vivemos e a necessidade urgente de aquisição de artigos/equipamento para o combate ao COVID-19. -----

----- 9 – Considerando que o n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, permite que o Presidente da Câmara pratique quaisquer atos da competência da câmara municipal, quando por motivos de urgência, não seja possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade, **determino**, ao abrigo da supracitada disposição legal: -----

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 10 de 05 de maio de 2020



----- a) A realização das despesas constantes do mapa anexo, para dar resposta às várias necessidades surgidas desta conjuntura social e de saúde pública; -----

----- b) Que o presente despacho seja submetido à próxima reunião do Executivo Municipal, para efeitos de ratificação, nos termos do n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 36.º e artigo 38.º ambos do CCP e ainda do estabelecido no Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março e posteriores alterações, tendo, ainda, em consideração o disposto no artigo 4.º da Lei n.º 6/2020, de 10 de abril." -----

Anexo

Firma	Descrição	Valor
Disilar	60 Cestas para transporte de refeições escolares	179,63 €
Pedro Manuel de Sá Granja	3000 kits para distribuição de alimentação aos alunos de escalão A	405,90 €
Artestitiz - Comercio de Flores, Texteis, Lda	150 viseiras	825,08 €
Germano de Sousa	28 testes (Bombeiros e GNR)	2 800,00 €
Pedro Manuel de Sá Granja	1800 kits para distribuição de alimentação (SOPA) aos alunos de escalão A	332,10 €
Jose Afonso Matos Castro Gonçalves	120 Kits material escolar	1 533,61 €
Disilar	25 Cestas para transporte de refeições escolares	76,88 €
TRISCA - MATERIAL DIDÁCTICO, LDA	300 aventais descartáveis, 100 aventais impermeáveis e 300 batas de proteção manga comprida	1 635,90 €
Sigmalista - Soluções Tecnologias e de Marketing, Lda	105 Tablets para alunos	20 469,76 €
		28 258,86 €

----- **Deliberação:** Aprovar, por unanimidade, ratificar o despacho do Senhor Presidente da Câmara, nos termos do n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 36.º e artigo 38.º ambos do Código dos Contratos Públicos e ainda do estabelecido no Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março e posteriores alterações. -----

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 10 de 05 de maio de 2020



Tesouraria

Demonstração de Desempenho Orçamental
de 17 a 29 de abril de 2020

----- 4 – Presente à reunião para conhecimento o Demonstração de Desempenho Orçamental de 17 a 29 de abril de 2020, o qual apresenta os seguintes valores: -----

RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA				Data:	29/04/2020
Recebimentos			Pagamentos		
Saldo do dia anterior:		159.490,83	Despesas Orçamentais (*)		2.022.316,64
Execução orçamental	44.584,49		Correntes	1.686.141,06	
Operações de tesouraria	114.906,34		Capital	336.175,58	
Receitas Orçamentais		2.449.496,88	Operações de tesouraria		53.864,10
Correntes	2.135.374,69		Saldo para o dia seguinte:		568.063,48
Capital	314.122,19		Execução orçamental	471.764,73	
Operações de tesouraria		35.256,51	Operações de tesouraria	96.298,75	
Total		2.644.244,22	Total		2.644.244,22

----- **Deliberação: Tomar conhecimento.** -----

DIVISÃO DE COORDENAÇÃO TÉCNICA DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANA

Delegação de Competências – Informação do Senhor Vereador
em Regime a Tempo Inteiro, José Manuel Moreira Lopes

----- 5 – Presente à reunião informação do Senhor Vereador em Regime a Tempo Inteiro, José Manuel Moreira Lopes, com o seguinte teor: -----



----- "No uso das competências que me foram delegadas, nos termos do n.º 1 do artigo 34.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, levo ao conhecimento do Executivo Municipal as decisões proferidas ao abrigo do disposto na alínea y) do n.º 1 do artigo 33.º, do mesmo diploma, referentes às obras particulares aprovadas durante o mês de abril de 2020 que constam do mapa anexo à presente ata e da qual faz parte integrante." -----

----- **Deliberação: Tomar conhecimento.** -----

Imposto Municipal Sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) – Exercício do Direito de Preferência

----- 6 – Presente à reunião informação da Chefe de Divisão de Coordenação Técnica de Planeamento e Gestão Urbana, com o seguinte teor: -----

----- "I – ENQUADRAMENTO NA LEI -----

----- Nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 55.º do Código do Imposto Municipal sobre Transmissões (IMT), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 novembro, alterado pelo Decreto-lei n.º 211/2005, de 7 de dezembro a Direcção-Geral dos Impostos disponibiliza, por via eletrónica, à câmara municipal da área da situação do imóvel a informação relativa às escrituras lavradas no mês anterior. -----

----- Neste contexto, os serviços técnicos procederam à consulta on-line ao modelo 1 disponível no site da Direcção Geral de Finanças referente ao mês de março, de 2020. -----

----- De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 55.º do supracitado Código, sob a epígrafe "*Direito de preferência de organismos públicos*", pode ler-se "se, por indicação inexata do preço, ou simulação deste, o imposto tiver sido liquidado por valor inferior ao devido, o Estado, as autarquias locais e demais pessoas coletivas de direito público, representados pelo Ministério Público, poderão preferir na venda, desde que assim o requeiram perante os tribunais comuns e provem que o valor por que o IMT deveria ter sido liquidado excede em 30% ou em (euro) 5000, pelo menos, o valor sobre que incidiu". -----

----- II – ANÁLISE DOS VALORES DE VENDAS E DO VALOR DE LIQUIDAÇÃO DO IMT -----



----- Da análise dos valores de venda declarados dos bens no espaço temporal em questão constatamos que os referentes aos prédios rústicos são extremamente baixos. -----

----- III – PROPOSTA DE DECISÃO -----

----- Considerando que atualmente a Câmara Municipal não tem programado estudos urbanísticos prévios para as áreas em que se localizam os inúmeros imóveis que constam da relação anexa nem dispõem de projetos de obras municipais aprovados ou em fase de elaboração, estes serviços técnicos são de entendimento que, a Câmara Municipal não deverá exercer o direito de preferência dos prédios que constam dos documentos anexos.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, não exercer o direito de preferência, nos termos da informação dos Serviços.** -----

Concurso Público – “Requalificação das Piscinas Municipais de Santa Marta de Penaguião”

----- 7 – Presente à reunião informação da Divisão de Coordenação Técnica de Planeamento e Gestão Urbana, com o seguinte teor: -----

----- “I – FUNDAMENTAÇÃO -----

----- Considerando que sempre foi prática do Município de Santa Marta de Penaguião aproveitar todas as oportunidades relativamente ao financiamento nacional e comunitário, em 28 de fevereiro de 2019 efetuou-se ao abrigo do AVISO NORTE-03-2017-42- “Eficiência Energética nas Infraestruturas Públicas da Administração Local” a candidatura do projeto de Requalificação das Piscinas Municipais de Santa Marta de Penaguião, aprovado em reunião do Executivo Municipal em 16 de janeiro, de 2019. -----

----- A candidatura *sub judice* foi aprovada pela Comissão Diretiva do Programa Operacional Regional Norte de 19 de dezembro, de 2019, tendo o Município outorgado o termo de aceitação em 24 de janeiro, de 2020. -----

----- O projeto tem como escopo principal a redução dos atuais consumos de energia elétrica e de gás intrínsecos à atividade desenvolvida na Piscina bem como o aumento dos níveis de -----



comodidade e de conforto no interior do Equipamento Coletivo Desportivo, promovendo uma gestão mais eficiente e eficaz do mesmo. -----

----- Memoremos que, o Município de Santa Marta de Penaguião na sua atuação sempre se pautou pelo rigor e excelência no serviço prestado à comunidade local. -----

----- II – PROPOSTA DE DECISÃO EM SENTIDO ESTRITO-----

----- Considerando que se encontram reunidos todos os requisitos exigíveis para o lançamento do procedimento pré-contratual da empreitada da obra pública “Requalificação das Piscinas Municipais de Santa Marta de Penaguião” e que de acordo com o clausulado na alínea v) do Termo de Aceitação da operação é *conditio sine qua non* a execução da mesma iniciar no prazo máximo de 180 dias após a sua assinatura, temos a honra de propor que o Executivo Municipal, nos termos das disposições conjugadas na alínea f) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e da alínea b) do n.º 1 do Artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, repristinado pela Resolução da Assembleia da República n.º 86/2011, de 11 de abril autorize/aprove: -----

----- 1. Tipo de procedimento -----

----- • A decisão de contratar e autorizar a despesa do presente procedimento compete à Câmara Municipal nos termos do n.º 1 do artigo 36.º do Código dos Contratos Públicos. -----

----- • Nos termos do artigo 38.º do CCP, a opção pelo procedimento de Concurso Público, sem publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia, foi tomada com base no previsto na alínea c) do n.º 1 do artigo 16.º conjugado com alínea b) do n.º 1 do artigo 19.º, e, artigo 130.º e seguintes todos do normativo supra. -----

----- 2. Objeto da empreitada: -----

----- • A empreitada tem por objeto a execução da obra “Requalificação das Piscinas Municipais de Santa Marta de Penaguião”, Código CPV 45453100-8 Obras de recuperação. -----

----- 3. Preço base do concurso (artigo 47.º do CCP): -----

----- • O contrato a celebrar implica o pagamento de um preço e o preço máximo que a Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião, se encontra disposta a pagar pela execução de todas as prestações que constituem objeto desta empreitada encontra-se fixado no Caderno de Encargos em 447.577,66€ (quatrocentos e quarenta e sete mil quinhentos e setenta e sete euros e sessenta e seis cêntimos), excluído IVA. -----



----- • A fixação deste preço base foi obtida através do orçamento elaborado pelos projetistas, documento integrante do projeto de execução, conforme dispõe a Portaria n.º 701-H/2008, de 29 de julho e complementarmente confirmado através dos custos médios unitários resultantes de anteriores procedimentos, para prestações do mesmo tipo, cumprindo-se, deste modo, o disposto no n.º 3 do artigo 47.º do CCP. -----

----- 4. Preço Anormalmente Baixo (n.º 1 do artigo 71.º do CCP) -----

----- • Considera-se que, para a presente empreitada, o preço ou custo anormalmente baixo é aquele cujo desvio percentual em relação ao Preço Base é igual ou superior a 35%.-----

----- 5. Fundamentação para a necessidade de fixação de um preço ou custo anormalmente baixo

----- • A fixação de um Preço Anormalmente Baixo mitiga o risco associado à adjudicação de propostas com valores que possam vir a comprometer o regular funcionamento do mercado, em resultado da aceitação de propostas cujo valor se afigura incompatível com uma adequada execução do contrato, por parte da entidade executante, designadamente, em termos de qualidade dos materiais, da correta execução das atividades, do cumprimento dos prazos a que se vinculou e das suas obrigações perante terceiros (subempreiteiros e trabalhadores afetos à obra). -----

----- • A fixação de um Preço Anormalmente Baixo previne, ainda, a adoção de práticas anti concorrenciais, como a apresentação de preços abaixo do custo da obra. -----

----- • A adoção de medidas contrárias à redução das parcelas que, justa e adequadamente, devem ser acrescentadas ao preço de custo de uma determinada prestação (correspondente aos custos indiretos, custos de administração e sede, de risco e lucro), contribui para uma mais ajustada remuneração do contrato, condição que se crê indispensável para favorecer um comportamento mais responsável por parte das empresas, designadamente em matéria social e ambiental. -----

----- 6. Critérios que presidiram à fixação do preço ou custo anormalmente baixo: -----

----- • A fixação de um preço anormalmente baixo através de uma percentagem de redução com referência ao preço base contribui para a apresentação de propostas apoiadas em preços correntes no mercado. -----

----- • No que se refere à percentagem de 35% estipulada, nos termos do anterior ponto, como redução a partir da qual é definido o preço anormalmente baixo, a mesma foi escolhida tendo em conta que, por norma, a margem (onde são incorporados os custos indiretos, custos de



administração e sede, de risco e lucro das obras) acrescentada ao preço de custo oscila entre os 30% e 40%. -----

----- • Ora, qualquer redução sobre um preço de mercado, que ultrapasse essa ordem de grandeza, implica que a redução já poderá ultrapassar a referida margem, retirando valor ao preço de custo, com todas as implicações que daí advêm, quer em termos de garantias de cumprimento do contrato, quer em termos de práticas anti concorrenciais. -----

----- 7. Fundamentação da não adoção de adjudicação por lotes: -----

----- • Não se aplica, o preço base do concurso é de 447.577,66€ (quatrocentos e quarenta e sete mil quinhentos e setenta e sete euros e sessenta e seis cêntimos), excluído IVA. -----

----- 8. Critério da Adjudicação (Artigo 74.º do CCP) -----

----- • O Critério da proposta economicamente mais vantajosa na modalidade: Avaliação do preço ou custo enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar – “O mais baixo preço” – alínea b) do n.º 1 e n.º 3 do Artigo 74.º do CCP. -----

----- 9. Critério de desempate (Artigo 74.º do CCP) -----

----- • Em caso de empate segue-se o critério de desempate, no caso concreto, o desempate será efetuado com benefício para a proposta que apresente o mais baixo preço no artigo 3.6.1 - Fornecimento e aplicação de isolamento térmico ETICS com 6 cm de isolamento (EPS) nas paredes exteriores e platibandas, ficando constituídas (do exterior para o interior) por reboco armado com 1 cm de espessura, poliestireno expandido com 6 cm de espessura, redes de fibra de vidro para incorporar na camada de base, seguido dos panos de alvenaria existente, incluindo acabamento final na cor branco, todos os trabalhos, equipamentos, materiais, fixação e execução de dobras com rede e barramento em vãos, remates em caixas de infraestruturas (água, gás, eletricidade e telecomunicações), grelhas de ventilação, remoção e nova aplicação de equipamentos de AVAC, e todos os acessórios necessários ao seu perfeito acabamento, tudo de acordo com o projeto e caderno de encargos. -----

----- Seguidamente o desempate será efetuado com benefício para a proposta que apresente o mais baixo preço resultante do somatório do artigo 3,4,1 (Vãos exteriores). -----

----- 10. Prazo para apresentação e manutenção das propostas: -----

----- • Fixar o prazo para a: -----

----- i) Apresentação da proposta em 20 dias após o anúncio; -----



----- ii) Manutenção da proposta em 66 dias contados da data do termo do prazo fixado para apresentação das propostas. -----

----- 11. Prazo de Execução/ Caução/Garantia-----

----- • O Prazo de Execução da obra é de 9 meses (270 dias); -----

----- • Caução, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 88.º e artigo 89.º ambos do CCP, há lugar à prestação da caução, no caso concreto, é de 5 % do preço contratual. Caso o preço total resultante da proposta, adjudicada seja considerado anormalmente baixo, o valor da caução a prestar pelo adjudicatário é de 10% do preço contratual. -----

----- • Nos termos do estipulado no artigo 397.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto e alterado pelo Decreto-Lei n.º 33/2018, de 15 de maio, o Prazo de Garantia dos trabalhos realizados ao abrigo da empreitada é de: -----

----- a) 10 anos, no caso de defeitos relativos a elementos construtivos estruturais; -----

----- b) 5 anos, no caso de defeitos relativos a elementos construtivos não estruturais ou a instalações técnicas; -----

----- c) 2 anos, no caso de defeitos relativos a equipamentos afetos à obra, mas dela autonomizáveis. -----

----- 12. Peças do procedimento (alínea c) do n.º 1 e 2 do artigo 40.º do CCP) -----

----- • Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 40º do Código dos Contratos Públicos, as peças de formação deste contrato, de onde fazem parte o: -----

----- - Anúncio, elaborado nos termos do disposto no artigo 130.º do CCP; -----

----- - Programa do Procedimento, elaborado nos termos do disposto no artigo 132.º do CCP; -----

----- - Caderno de Encargos, sendo este regulado pelo artigo 42.º e formado pelos elementos de solução da obra referidos no artigo 43.º do CCP designadamente pelo projeto de execução. -----

----- 13. Júri do Procedimento (artigo 67.º do CCP) -----

----- • A designação do júri do concurso, de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 67.º do CCP, tendo o mesmo a seguinte constituição: -----

----- Membros Efetivos: -----

----- - Presidente do júri: Sérgio Alberto Borges Teixeira - Técnico Superior; -----

----- - Vogal: Inês Nogueira Rebelo - Técnica Superior. -----

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 10 de 05 de maio de 2020



----- - Manuel António Peixoto dos Santos - Técnico Superior. -----

----- Membros Suplentes: -----

----- - Paulo Ricardo Guedes Pinto -Técnico Superior; -----

----- - Marco Paulo Nogueira Teixeira -Técnico Superior. -----

----- Em cumprimento do n.º 5 do artigo 67.º faz parte integrante da presente informação a declaração de inexistência de conflitos de interesses dos membros do júri. -----

----- 14. Gestor do Contrato (Artigo 290.º - A) -----

----- Para cumprimento no disposto no artigo 290.º A do CCP a Chefe Divisão de Planeamento e Gestão Urbana como Gestora do Contrato. -----

----- 15. Enquadramento financeiro e repartição de encargos: -----

----- Constituindo o Preço Base do Procedimento *in casu* 447.577,66 € (quatrocentos e quarenta e sete mil quinhentos e setenta e sete euros e sessenta e seis cêntimos), montante ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor, este valor é garantido por dotação orçamental, designadamente, no orçamento de despesa fixado no Plano Plurianual de Investimentos para o corrente ano com classificação orçamental 02.07.01.03.02, e Projeto/ação 13/2019 - "Requalificação das Piscinas Municipais de Santa Marta de Penaguião", cuja, declaração de cabimento foi emitida pelos serviços de contabilidade, instrumento que faz parte integrante da presente informação. -----

----- A citada empreitada implica a assunção do compromisso plurianual, e de acordo com o disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e ulteriores alterações, deverá ser previamente autorizada pela Assembleia Municipal. -----

----- No caso concreto, a mesma encontra-se coberta pela deliberação da Assembleia Municipal de Santa Marta de Penaguião, que em Reunião de 5 de dezembro de 2019, deliberou aprovar, a autorização genérica prévia favorável à assunção de compromissos plurianuais, para efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e ulteriores alterações e em reforço do consentimento legal previsto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, repristinado pela Resolução da Assembleia da República n.º 86/2011, de 11 de abril. -----

----- 16. Responsável do Procedimento (artigo 50.º e 60.º da Lei n.º 96/2015 de 17 de agosto). -----

----- Propõe-se ainda, para cumprimento do exigido nos artigos 50.º e 60º da Lei n.º 96/2015 de 17 de agosto, que designe como responsável do procedimento, para efeitos de condução do procedimento da contratação pública "VORTALgov" a assistente administrativa Cristina Maria



Martins Coelho que será substituída no caso de impedimentos de férias e faltas e licenças pela Coordenadora Técnica da Divisão de Coordenação Técnica de Planeamento e Gestão Urbana Cidália de Fátima Pinto Monteiro.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, autorizar o início do procedimento do concurso público da obra de “Requalificação das Piscinas Municipais de Santa Marta de Penaguião”, nos termos da informação dos Serviços Técnicos.**

**UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO,
AÇÃO SOCIAL E TURISMO**

Serviço da Educação

**Transferência de Competências – Agrupamento de Escolas de
Santa Marta de Penaguião – Faturação**

----- 8 – Presente à reunião informação dos Serviços da Educação, com o seguinte teor: -----

----- “O Decreto-Lei n.º 21/2019 de 30 de janeiro concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da educação. -----

----- De acordo com o artigo 46.º do decreto-lei n.º 21/2019 “a contratação de fornecimentos e serviços externos essenciais ao normal funcionamento dos estabelecimentos educativos, designadamente eletricidade, combustível, águas, outros fluidos e comunicações, compete aos municípios.” -----

----- Contudo, o Município apenas ficou como titular do contrato de fornecimento da Eletricidade para o Agrupamento de Escolas no dia 11 de fevereiro e como titular do contrato de fornecimento da água em março do corrente ano. -----

----- Assim, verificando que surgiram documentos de faturação de eletricidade e água ainda em nome do Agrupamento, e que não foi possível agregar à proposta do assunto *Transferência de Competências – Agrupamento de Escolas de Santa Marta de Penaguião – Faturação* na última reunião de câmara, propõe-se ao executivo municipal a transferência para o Agrupamento de



Escolas de Santa Marta de Penaguião do valor correspondente de 584,83€, para a liquidação destes serviços." -----

----- Os serviços de contabilidade informaram que a despesa tem cabimento orçamental registado sob o n.º 2020/494. -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, proceder à transferência no valor de 584,83€ (quinhentos e oitenta e quatro euros e oitenta e três cêntimos), para o Agrupamento de Escolas de Santa Marta de Penaguião.** -----

Serviço da Ação Social

Bolsas de Estudo do Ano Letivo 2019/2020 – Homologação da Lista de Ordenação Final dos Candidatos

----- 9 – Presente à reunião informação dos Serviços da Ação Social, com o seguinte teor: -----

----- "À consideração do Exmo. Sr. Presidente: -----

----- Com base no regulamento municipal para a atribuição de bolsas de estudo aos alunos que frequentam o Ensino Superior, foi deliberado em reunião de câmara do dia 15 de outubro de 2019, atribuir 60 bolsas de estudo no valor individual de 500 euros. -----

----- A comissão de análise verificou que num universo de 61 candidaturas apresentadas, 51 reúnem os requisitos para receber a referida bolsa, e 10 não reúnem os requisitos previstos no respetivo regulamento, de acordo com a análise efetuada, conforme relatório em anexo. -----

----- Submete-se à consideração do Executivo Municipal a lista de ordenação final dos candidatos para homologação e consequente atribuição." -----

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 10 de 05 de maio de 2020



MUNICÍPIO DE SANTA MARTA DE PENAGUIÃO
CÂMARA MUNICIPAL

RELATÓRIO FINAL DA COMISSÃO DE ANÁLISE PARA
ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO AOS ALUNOS QUE FREQUENTAM O ENSINO SUPERIOR

----- Aos seis dias do mês de abril de dois mil e vinte, pelas dez horas, no Edifício dos Paços do Concelho de Santa Marta de Penaguião, de acordo com o ponto 4 do artigo 16.º do regulamento municipal para atribuição de bolsas de estudo aos alunos que frequentam o ensino superior, publicado em Diário da República a 26 de dezembro de 2019, reuniu a comissão de análise, constituída pelos seguintes elementos:-----

----- Luís Reguengo Machado – Presidente da Câmara, em representação de Sílvia da Fonseca Silva por não se encontrar em exercício de funções, tendo em conta a alínea a) do artigo 12.º do regulamento supramencionado, que define que a comissão de análise deve ser constituída pelo Vereador do Pelouro da Ação social, Solidariedade e Educação.-----

----- António Augusto Amaral Sequeira – Chefe de Divisão Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos; -----

----- Rosa Martins Cardoso – Diretora do Agrupamento de Escolas de Santa Marta de Penaguião; e-----

----- Paula Carla Fernandes Morais Cunha Granja – Técnica a exercer funções na área da Ação Social da Autarquia. -----

----- A presente reunião teve como ponto único a elaboração do relatório final com base nos fundamentos constantes do relatório preliminar, uma vez não terem dado entrada reclamações nos serviços municipais durante o período de audiência prévia, de acordo com o previsto no nº 3 do artigo 16.º do regulamento em questão. -----

----- Em reunião de Câmara do dia seis de março, foi deliberado por unanimidade considerar a candidatura de Diogo Guedes Teixeira.-----

----- Acresce a candidatura de Gonçalo Cardoso Ferreira Alves, que se encontrava em processo de apreciação, uma vez que o calendário letivo do candidato é diferente dos demais, sendo só agora possível aferir sobre o seu aproveitamento escolar.-----

----- Assim, nos termos do regulamento, a Comissão elaborou o Mapa I de ordenação final das candidaturas, anexo ao presente relatório e do qual fica a fazer parte integrante.-----

----- Todas as decisões da Comissão de análise foram tomadas por unanimidade.-----

1 / 4



MUNICÍPIO DE SANTA MARTA DE PENAGUIÃO
CÂMARA MUNICIPAL

----- Nada mais havendo a tratar, a comissão de análise deliberou por unanimidade, encerrar a reunião, da qual se lavrou o presente relatório que, depois de lido em voz alta, vai ser assinado por todos e pela ordem acima indicada.-----

O Presidente da Câmara,

(Luís Reguengo Machado)

O Chefe da Divisão Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos,

(António Augusto Amaral Sequeira)

A Diretora do Agrupamento de Escolas de Santa Marta de Penaguião,

(Rosa Martins Cardoso)

O Técnico a exercer funções na Ação Social da Autarquia,

(Paula Carla Fernandes Morais Cunha Granja)

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 10 de 05 de maio de 2020



MUNICÍPIO DE SANTA MARTA DE PENAGUIÃO
CÂMARA MUNICIPAL

Mapa I

LISTAGEM DE ORDENAÇÃO FINAL PARA ATRIBUIÇÃO DAS BOLSAS DE ESTUDO 2019/2020	
Nome	Pontuação
Ana Rita Pereira Peixoto	35
António Francisco N. Morais	35
Diana Filipa Pinto Figueiredo	35
Mónica Clara Lucas Ferreira	35
Oriana Pinheiro Feliciano	35
Romeu Ferreira Martins	35
Ana Isabel Alves Teixeira	33
Ana Paula Moura Cardoso	33
Andreia Filipa Varandas Fonseca	33
Cátia Isabela Esteves Cardoso	33
Diogo Guedes Teixeira	33
Duarte Miranda Pinto Cunha	33
Duarte Rodrigues Pires	33
Francisco Miguel O. Rodrigues	33
Gonçalo Peixoto Barros	33
Inês Morais Nogueira	33
João Feliciano Marques Queirós	33
Maria José Varandas Feliciano	33
Ana Filipa Fonseca Cardoso	31
Diana Sofia Monteiro Costa	31
Leonel Correia Bernardo	31
Cassandra Miranda Pinto Cunha	30
Marta Sofia Fernandes Guedes	28
Maria Inês Rodrigues Alves Sousa	26
Alicia Torrie Borges	23
Carlos Daniel Anjos Ferreira	23

LISTAGEM DE ORDENAÇÃO FINAL PARA ATRIBUIÇÃO DAS BOLSAS DE ESTUDO 2019/2020	
Nome	Pontuação
Lara Torrie Borges	23
Leandro Miguel G. Rodrigues	21
João Miguel Pereira Alves	20
Carlos Daniel Santos Silva	18
Cristina Nogueira Duarte	18
Daniel Filipe Pereira Martins	18
Francisco José Pereira Alves	18
Mariana Almeida Vaz Alves	18
Bruno Miguel Sousa Liberato	16
Esmeralda Maria Bernardo Mota	16
Gonçalo Cardoso Ferreira Alves	16
Ana Sofia Ribeiro Guedes	15
José Luís Borges Guedes	15
Adriana Carlos Borges	13
Ana Catarina Azevedo Pereira	13
Ângela Micaela Nogueira Morais	13
Beatriz Morais Pereira	13
Bruno Alves Ribeiro	13
Carlos Miguel Conceição Cardoso	13
Daniela da Silva Martins	13
Ana Filipa Sousa Gomes	11
Ana Rita Guedes Sequeira	11
Ana Rita Soares Morais	11
Catarina Cortinhas Fernandes	11
Cristiana Margarida P. Ribeiro	11

3/4

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 10 de 05 de maio de 2020



MUNICÍPIO DE SANTA MARTA DE PENAGUIÃO
CÂMARA MUNICIPAL

LISTAGEM FINAL DE INDEFERIMENTO DAS BOLSAS DE ESTUDO 2019/2020	
Nome	Alineas
Ana Cristina Moreira Pinto	b)
Ana Isabel Sousa Mesquita Novais	b)
Ana Luísa Guedes Lavrador	a)
Catarina da Conceição Silva	b)
Inês Mesquita Ferreira	a) e c)
Joana Filipa Soares Liberato	a)
João Esteves Gonçalves	a)
Marisa do Nascimento Fonseca Carvalho	b)
Pedro José dos Santos Borges	a)
Sérgio Ribeiro da Silva	a)

Legenda das alíneas

- a) Excluído(a) por rendimentos superiores ao valor do IAS nos termos da alínea b) do artigo 15.º e em conformidade com a alínea i) do n.º 1 do artigo 8.º;
- b) Excluído(a) por falta de aproveitamento escolar nos termos da alínea b) do artigo 15.º e em conformidade com a alínea d) do n.º 1 do artigo 8.º;
- c) Excluído(a) por falta de entrega dos documentos de candidatura nos termos da alínea c) e d) do n.º 1 do artigo 10.º;

----- Os serviços de contabilidade informaram que a despesa tem cabimento orçamental registado sob o n.º 2020/452. -----

----- **Deliberação:** Aprovar, por unanimidade, homologar a lista de ordenação final dos candidatos às Bolsas de Estudo a atribuir aos alunos do ensino superior, no ano letivo 2019/2020, bem como proceder ao pagamento das referidas bolsas, de acordo com a informação. -----

----- O Senhor Vereador do PPD/PSD, Arq.º Daniel Joaquim Andrade Teles e o Senhor Vereador do Partido Socialista, José Manuel Moreira Lopes, ausentaram-se da reunião aquando da discussão e votação deste ponto.

APROVAÇÃO E ENCERRAMENTO

Aprovação da Ata e Encerramento da Reunião

----- 10 – E não havendo mais nada a tratar, a Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a qual vai assinada pelo Senhor Presidente da Câmara e por mim, António Augusto Amaral Sequeira, Chefe de Divisão, com funções de Secretário que a elaborei. Foi encerrada a reunião quando eram 11:00 horas. -----

O Chefe de Divisão,



(António Augusto Amaral Sequeira)

O Presidente Câmara,



(Luís Reguengo Machado, Dr.)